



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

NOTA TÉCNICA 13.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -
IFAM

PROCESSO: 23443.000216/2023-66

LICITAÇÃO: Pregão nº 04.2023

OBJETO: Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

MATEUS LIMA

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 28 de junho de 2023

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **no** Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

2. Da Análise

A empresa **COSTA E CORREA LTDA (CNPJ: 26.814.501/0001-03)** apresentou sua proposta para o posto de agente de portaria no dia 20/06/2023, as 10:28 horas, no valor de R\$ 76.724,64, para o posto de agente de portaria, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.196,86 (três mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos), valor mensal R\$ 6.393,72 (seis mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos) e valor anual de R\$ 76.724,64 (setenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Ao realizar a análise da composição da planilha de custos, foi verificado algumas divergências na composição dos custos unitário para a propostas, conforme itens a seguir:

Item ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR – conforme Cláusula Décima Sétima, parágrafo primeiro, indica que para a viabilidade financeira deste benefício assistencial e social, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição financeira, as empresas convenientes recolherão, até o décimo dia útil de cada mês, ao SEAC-AM, através de boleto bancário ou depósito identificado, o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado.

A licitante apresentou como proposta o valor de R\$ 9,90 os valores para esse custo na proposta apresentada.

Item “CESTA BÁSICA” – Na cláusula décima terceira, a CCT informa que os empregadores fornecerão “Cestas Básicas, através de Cartão ou Tíquete Alimentação, aos seus empregados associados ao sindicato obreiro, de mão de obra direta, sendo esta, no valor facial de **R\$ 115,00** (cem e quinze reais)” e seu pagamento está consignado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trabalhado. **Em nenhum parágrafo ou alínea da referida cláusula há previsão de algum percentual de desconto, conforme o aplicado pela licitante.**

Item BONUS ASSIDUIDADE – conforme cláusula oitava da CCT é devido o pagamento do bônus assiduidade a todos os empregados que não possuírem falta injustificada, advertências, suspensões ou outra penalidade oriunda das relações de trabalho na Empresa, na data de seu aniversário.

CLÁUSULA OITAVA - DO BÔNUS ASSIDUIDADE ANIVERSÁRIO Fica convencionado o pagamento por parte dos Empregadores do benefício “Bônus Assiduidade Aniversário”, que atenderá os trabalhadores que, durante o período de vigência desta CCT e em razão de seu aniversário, não possuindo o empregado: falta injustificada, advertências, suspensões ou outra penalidade oriunda das relações de trabalho na Empresa, este trabalhador, no mês de seu aniversário, fará jus a um bônus no valor de R\$ 200.00 (Duzentos Reais), benefício de caráter indenizatório, pago ao trabalhador fora de seus ganhos salariais.

No tocante a composição dos custos unitários dos materiais a licitante apresenta alguns materiais com custo unitário bem abaixo dos valores praticados em mercado, conforme tabelas a seguir:

UNIFORMES AGENTE DE PORTARIA

Descrição do Item	Valor Proposto R\$
Camisa malha fria emblema da empresa pintado ou bordado	30
Calça jeans de boa qualidade (com a juste)	45
Sapato, botina de couro, com palmilha de montagem com tratamento antifúngico, com biqueira de aço, acolchoada inteiramente com espuma, com solado de borracha	50
Meias em algodão tipo soquete	8
Boné	7
Crachá de identificação em plástico rígido, contendo logomarcas da empresa, foto, nome completo e cargo do funcionário	5
Cinto de Couro	10

MATERIAIS AGENTE DE PORTARIA

Descrição do Item	Valor Proposto R\$
Capa de Chuva	10
Livro de Ocorrência	8
Protetor Solar	12

EQUIPAMENTOS AGENTE DE PORTARIA

Descrição do Item	Valor Proposto R\$
Rádio comunicador walk talk 1 (conjunto)	90

Importante salientar que os objetos solicitados, possuem sua quantidade estipulada após o planejamento da contratação, não sendo possível a empresa alegar desconhecimento e a recusa da entrega dos materiais, quando solicitado pela Administração.

Cujo o fornecimento, conforme item 5.5.2, *in verbis*:

5.5.2 Do orçamento dos uniformes, materiais e equipamentos:

5.5.3 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços;

5.5.4 Aqueles materiais previstos para entrega no início do contrato, deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.

Atualmente, já possuímos contrato com empresas que apresentaram o mesmo tipo de proposta, contudo, diante das dificuldades de cumprimento do contrato, houve o desgaste dessa

Administração nos processos de rescisão contratual, sanção administrativa e planejamento para nova contratação.

Diante da apresentação de custos unitários com indícios de inexecuibilidade, vejamos o que diz a legislação, conforme o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Logo, embora a empresa opte por omitir o subtrair os custos dos itens da CCT, o Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário é taxativo ao afirmar a obrigatoriedade da empresa em informar esses custos, **“outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente”**.

Diante do exposto, essa contadoria **solicita que o pregoeiro faça uso** das instruções previstas no anexo VII – A da IN 05/2017 quanto a realização de diligência para comprovação dos preços ofertados pela licitante conforme alíneas a, g e h do item 9.4, *in verbis*:

9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação

de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta. (Grifo nosso)

Além disso, a planilha de custo apresenta valores nas zonas de atenção para os itens “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 1% e 0,70% respectivamente, muito abaixo no cenário mínimo de atenção, conforme estudos da FIA:

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. (Orientações Serges para elaboração da planilha de custos)

Agente de Portaria			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ 2.871,20	1,00%	R\$ 28,72
Lucro	R\$ 2.899,92	0,70%	R\$ 20,41
Tributos	R\$ 3.196,86	8,65%	R\$ 276,53
PIS	R\$ 3.196,86	0,65%	R\$ 20,78
COFINS	R\$ 3.196,86	3,00%	R\$ 95,91
ISS	R\$ 3.196,86	5,00%	R\$ 159,84

Fonte: Planilha da Licitante

É importante salientar que não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- a) A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?

- b) Possui outros contratos que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?
- c) Qual política de ganhos da empresa?

3. Conclusão

Embora a empresa tenha adotado a planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade do correto preenchimento da planilha Modelo. Além disso é importante deixar claro, que o valor da proposta da licitante deve ser o reflexo da composição dos Módulos da Planilha de Custos, o que não ocorre nessa proposta.

A proposta apresenta mais de um item com inconsistências e itens com percentuais irrisórios, ou custo unitário irrisório, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017, **itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecuibilidade, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**

Solicita-se a comissão de licitação, solicite que a empresa inclua os itens obrigatório da CCT, conforme orientado no Acórdão TCU nº 963/2004. Além disso, orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto a omissão de itens e percentuais com indícios de inexecuibilidade da Planilha de Custos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos, caso não seja aceita pela equipe de planejamento essa condição,

Solicita-se que a comissão de licitação realize a diligência nos moldes que o item 9.4 da IN 05/2017 e indicada no item 2 dessa nota, para os custos unitários com indícios de inexecuibilidade, além disso, orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto a omissão de itens e percentuais com indícios de inexecuibilidade da Planilha de Custos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos

Além disso, em caso de recusa pela licitante, nos ajustes propostos, recomendamos que a empresa demonstre essa diferença em relação ao lucro proposto, ou seja, demonstrar que o lucro anual do contrato seja suficiente para zerar o custo anual da omissão.

Logo, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de

diligencias para a correção da planilha, salienta-se ainda que esta é a primeira análise da proposta da licitante.

Atenciosamente,

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos
Contadora - CRC-AM 15379-O
Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo